
MENOS BARULHO, MAIS AÇÃO

UMA PROPOSTA PARA MELHORIA DO CLIMA ESCOLAR

Otávia Vieira Machado Lima *

Resumo: Esse relato apresenta uma proposta pedagógica com vistas a discutir soluções para incômodos frequentes no ambiente escolar, buscando o diálogo como ferramenta para tomada de decisão e o envolvimento dos alunos na organização dos espaços e eventos escolares. Foi desenvolvida numa escola da rede estadual, que abriga apenas o ensino médio, na cidade de Itamarati de Minas/MG. A proposta envolve a realização de assembleias de classe (TOGNETTA; VINHA, 2007) realizadas, principalmente, durante as aulas de Língua Portuguesa, tornando-se, também, uma oportunidade para o trabalho com a oralidade (MIRANDA, 2006). Partindo da concepção da escola como local de aprendizagem (NÓVOA, 2007; GERALDI, 2010) adota o protagonismo juvenil (COSTA, 2007) como categoria importante para que haja aprendizagem. Os resultados apontam para um despontar do protagonismo discente, um crescente desenvolvimento da capacidade de análise crítica e da argumentação oral, além de uma melhora nas práticas de oralidade nas instâncias públicas.

Palavras-chave: Clima Escolar. Assembleias de Classe. Protagonismo. Oralidade.

Introdução

Este relato visa a apresentar um plano de ação desenvolvido com vistas a melhorar o clima escolar através do aprimoramento das práticas orais de linguagens. A intervenção foi aplicada durante o ano de 2018, na Escola Estadual Isa Moraes Freitas (Itamarati de Minas/MG), que atende exclusivamente o ensino médio. Tal experiência nasce de uma demanda dos próprios alunos aliada aos estudos da professora de língua portuguesa, sobre práticas orais na escola, iniciados durante o mestrado Profletras/UFJF. A proposta desenvolvida teve como objetivo promover a reflexão sobre o clima escolar e apontar possíveis soluções para incômodos frequentes nesse ambiente, tornando o diálogo ferramenta constante para tomada de decisão na escola e envolvendo os alunos na organização dos espaços e eventos escolares, colaborando para uma gestão mais democrática e um ambiente de ensino e aprendizagem mais produtivo.

Partindo da concepção de escola como local de aprendizagem (NÓVOA, 2007 e GERALDI, 2010), os discentes, auxiliados pela professora de língua portuguesa, estudaram e aplicaram a prática de assembleias de classe. Para o estudo, contou-se com um grupo de alunos formado pelos representantes de classe, chamado coletivo juvenil, que fez pesquisa e elaborou material para

* Mestra em Letras, professora da rede estadual do Estado de Minas Gerais e da rede municipal de Itamarati de Minas, otaviavieiramlima@gmail.com



exposição oral em todas as turmas sobre a prática de assembleias. Para o trabalho com as assembleias foi utilizada a obra “Quando a escola é democrática: um olhar sobre a prática das regras e assembleias na escola” (TOGNETTA; VINHA, 2007), além de pesquisa na internet sobre a prática em outras instituições de ensino. Após o estudo, foram realizadas as assembleias, pelos próprios alunos, com mediação da professora de língua portuguesa, que aproveitou a oportunidade para o trabalho com as práticas orais em instâncias públicas (MIRANDA, 2006).

Nesse contexto, foram feitas reflexões sobre o uso da argumentação bem elaborada, o respeito à opinião do outro, o tom de fala adequado a cada situação, a escuta ativa, a análise crítica de si mesmo e suas atitudes, também foram analisados os recursos linguísticos necessários para a preparação do evento de comunicação através do registro escrito (pauta) e para o registro dos assuntos discutidos nas assembleias (ata), toda essa abordagem foi muito importante para a realização produtiva das assembleias.

1 Caracterização da Escola

A escola em que a proposta de intervenção foi aplicada localiza-se na cidade de Itamarati de Minas, pertence à rede estadual de ensino de Minas Gerais e atende exclusivamente ao ensino médio, sendo a única da cidade, e na ocasião da experiência relatada (ano de 2018) contava com quatro turmas do ensino regular no turno da manhã, e duas turmas de EJA e uma de ensino técnico, no noturno, totalizando cerca de 150 alunos. As atividades que aqui serão descritas foram realizadas apenas no turno da manhã, atendendo a uma demanda dos alunos desse turno, envolvendo aproximadamente 90 estudantes.

Os alunos do ensino regular encontram-se dentro da faixa etária correspondente ao ano/série, ou seja, entre 15 e 18 anos; pertencem a famílias da classe C, D e E, sendo que cerca de 20% são provenientes da zona rural. Na maioria, são alunos assíduos, participativos, porém muito motivados apenas por “notas”.

O ambiente geral da escola é agradável, com boa convivência entre alunos, bem como entre esses e funcionários da escola, professores e direção, havendo raros casos de atrito.

Quanto à estrutura física, há biblioteca escolar, que até 2017 ficava escondida, fechada, mas foi remanejada atendo a pedidos dos professores de língua portuguesa, tornando-se, inclusive, espaço para as reuniões que deram origem à proposta aqui descrita, passando a ser mais frequentada pelos alunos. A escola possui, ainda, um auditório, duas salas de informática, internet que funciona de forma



razoável, sendo possível por vezes o trabalho *on line*. A escola também coloca à disposição dos professores: *data show*, notebook, computador e impressora. Ainda quanto à estrutura, o que atrapalha muito é a falta de uma quadra para esportes, fazendo com que as aulas de educação física sejam ministradas no pátio e em outros espaços da escola, aumentando o barulho. Outro aspecto que contribuía para o aumento do ruído nos corredores era o fato de que o portão da escola ficava constantemente aberto, com livre acesso a qualquer pessoa da comunidade, sendo fechado no início de 2019, após conversa com os alunos por ocasião do atentado ocorrido em São Paulo e amplamente divulgado pela mídia.

A escola conta, em seu quadro funcional, com professores habilitados para o conteúdo que lecionam, com exceção de Filosofia, Sociologia e Artes, que são ministradas por professores de áreas afins. Em relação ao ensino, os professores possuem total liberdade e apoio para desenvolverem suas propostas.

A gestão da escola conta com a participação ativa de um grupo de alunos, denominado coletivo juvenil, que é formado por dois representantes eleitos por cada turma e uma professora mediadora eleita pelos professores, neste ano a professora de Língua Portuguesa. Esse grupo participa da gestão, sendo consultado sobre as decisões e podendo também apresentar as demandas que percebem no ambiente escolar. O grupo foi montado por sugestão da Superintendência Regional de Ensino, como alternativa para uma participação efetiva dos alunos na gestão escolar, já que a escola não possui grêmio estudantil. Esse grupo elabora, no primeiro semestre, um plano de ação para desenvolverem na escola durante o ano, do qual deriva o relato aqui descrito. A intervenção proposta prevê o estudo de práticas orais, na medida em que utiliza as assembleias de classe para discutir e propor soluções para melhorar o clima escolar. Para melhor compreensão das atividades desenvolvidas seguem os fundamentos teóricos que orientaram a prática adotada.

2 Pressupostos teóricos

Muitas escolas encontram-se imersas em um grande burburinho, sobrecarregadas com as diversas funções que vêm desempenhando (social, afetiva), relegando, muitas vezes, a segundo plano, o que seria, de acordo com Nóvoa (2007), sua tarefa primeira: a promoção da aprendizagem. Por isso, o conceito de escola como local de aprendizagem defendido por Nóvoa (2007) e Geraldi (2010) faz-se necessário ao pensar uma proposta de intervenção num ambiente escolar conturbado.



Para que se atinja o objetivo de ensinar e de aprender é necessário pensar não só no conteúdo que será apresentado aos discentes, mas também merece atenção a preparação para que o clima seja propício às atividades que promovam tal propósito.

De acordo com Geraldi (2010), para que haja aprendizado, é necessária uma relação de colaboração entre professores, alunos e conhecimentos, o que possibilitaria a escola ser, de fato, “lugar onde se ensina e lugar onde se aprende”. Nessa mesma perspectiva, Nóvoa (2007) afirma que “o professor deve ser um mediador da construção do conhecimento, ser mais um organizador das diversas situações de aprendizagem”.

Essa maneira de pensar a relação professor-aluno é terreno fértil para implementação do protagonismo discente como categoria para intervenção pedagógica, já que dá espaço para atuação do aluno na construção de seus saberes tendo o professor como um mediador.

O protagonismo juvenil caracteriza-se, segundo Costa (2007) como “a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolver-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso” (COSTA, 2007, p.10). Nesse sentido, várias pesquisas têm apontado que o “protagonismo é uma das formas mais eficazes de se alcançar envolvimento do aluno nas tarefas educacionais” (FONSECA, 2014, p.14).

Por conseguinte, ao buscar o protagonismo juvenil, propõe-se um trabalho de colaboração dentro da comunidade escolar, sendo necessário que todas as etapas de desenvolvimento de um projeto sejam compartilhadas por educandos e educadores, através de “discussões, reflexões conjuntas e decisões partilhadas” (COSTA, 2007). Assim, o professor deve dar espaço ao jovem, deixando que ele assuma posição central no que diz respeito aos processos decisórios, atuando como colaborador, dando apoio e orientação.

Dessa maneira, entende-se a necessidade de criar um espaço de interação e reflexão, possibilitando o contato entre diferentes pontos de vista, bem como a compreensão da diferença como constitutiva dos sujeitos. Assim, colaborativamente, na relação e na interação com o outro, a construção do conhecimento poderá acontecer. (LIMA, 2018, p.20)

Nessa perspectiva, as assembleias surgem como alternativa viável para um trabalho em que são propiciadas aos discentes “situações em que irão vivenciar relações mais democráticas, possibilitando oportunidades para a aprendizagem desse sistema” (TOGNETTA; VINHA, 2007, p. 13). Segundo Tognetta e Vinha (2007), existe a possibilidade de realização de diversos tipos de assembleias. Aqui daremos ênfase às assembleias de classe que, para essas autoras, “tratam de temáticas envolvendo especificamente determinada classe, tendo como objetivo regular e regulamentar a convivência e as relações interpessoais, assim como resolver conflitos por meio do diálogo”



(TOGNETTA; VINHA, 2007, p.62). No entanto, essas mesmas autoras citam Araújo (2004) que sugere a possibilidade de que os temas abordados nas assembleias de classe não sejam apenas relacionados à turma, podendo abranger todo o “convívio escolar (temáticas que envolvem o coletivo da classe ou escola: limpeza, ruídos, organização do espaço, alimentos oferecidos na cantina, os livros da biblioteca etc) e às relações interpessoais” (TOGNETTA; VINHA, 2007, p.67).

Não obstante, é preciso estar atento quanto ao utilizar a prática das assembleias, pois muitos, na ansiedade de resolver determinado problema, colocam o foco “no produto final, ou seja, na resolução do conflito, e não no processo” (TOGNETTA; VINHA, 2007, p.11); porém, é no processo que se dá a aprendizagem. Araújo (2004) considera que:

faz parte da cidadania saber se manifestar na hora correta, sem repetir o que os outros já disseram e de maneira respeitosa para com os demais colegas. Todavia essa aprendizagem é o “objetivo” a ser alcançado com o desenvolvimento das assembleias, não “pré-requisito” para realizá-las. Assim, a aprendizagem da forma de se posicionar, respeitando a ideia do colega, a vez de o outro colocar seu ponto de vista, a maneira como se deve falar para ser compreendido, porém, sem utilizar exemplos pessoais, requer muito tempo para ser realizada pelos alunos, até efetivamente fazer parte das ações das crianças e dos jovens durante as assembleias. (ARAÚJO, 2004 *apud* TOGNETTA; VINHA, 2007, p.88)

Por isso, as assembleias não devem se limitar ao debate, pois além de serem um espaço para sugestão de soluções para os temas em discussão, são, sobretudo, espaço para o protagonismo, a vivência de ação participativa, a cooperação, o diálogo, a argumentação, o desenvolvimento das práticas de oralidade, podendo, inclusive, elevar o grau de autonomia dos participantes.

Pensando nessa autonomia como forma de exercício da cidadania, Antunes (2003, p.15) diz que “o ensino de língua portuguesa também não pode afastar-se desses propósitos cívicos de tornar as pessoas cada vez mais críticas, mais participativas e atuantes, política e socialmente”. A proposta aqui descrita coloca em prática esse postulado ao permitir a participação ativa dos estudantes em discussões para resolução de problemas, bem como ao orientá-los sobre como discutir, como falar em público. Portanto, busca o ensino com base na tríade USO-REFLEXÃO-USO, preparando os discentes para atuarem nas diversas situações de comunicação.

Para essa proposta, assume-se que no ensino de língua portuguesa, como língua materna, deve trabalhar atividades dos diversos usos da linguagem, envolvendo os atos de ouvir, falar, ler e escrever. É preciso, além disso, refletir sobre os recursos linguísticos empregados nesses usos, para que se avance, tanto na escrita quanto na oralidade. Especificamente sobre o trabalho com a oralidade, Miranda (2006) afirma que “pouco se reflete em sala de aula sobre o papel das práticas de oralidade em uma sociedade”. Portanto, a intervenção aqui relatada vem contribuir para essa prática



de uso e reflexão que pode levar ao uso consciente das práticas de linguagem oral, através da realização de assembleias, rodas de conversa e sarau, como descrito a seguir.

3 Descrição da Experiência

A proposta surgiu de uma demanda dos alunos do ensino médio regular, que levantaram a necessidade de se discutir soluções para incômodos frequentes no ambiente escolar. Para tanto, buscou-se o diálogo como ferramenta para tomada de decisão na escola e a promoção de um maior envolvimento dos alunos na organização dos espaços e eventos escolares, colaborando para uma gestão mais democrática e um ambiente de ensino e aprendizagem mais produtivo.

A demanda foi apresentada pelo coletivo juvenil, que observou um ambiente muito barulhento na escola, o clima pouco adequado ao ensino e à aprendizagem. Os alunos relatavam a frequência de fenômenos considerados incômodos na convivência escolar, prejudicando as relações e a adequação do ambiente ao ensino e à aprendizagem. Eram frequentes gritos, barulhos, tanto nos corredores, como em sala de aula, sendo que esse barulho não era atribuído apenas aos alunos, mas também a funcionários, visitantes da escola, alunos ociosos nos corredores, e alunos desinteressados durante atividades corriqueiras da aula.

Outros eventos que incomodavam eram as palestras e eventos escolares (sarau, feira científica, festa junina), dada a forma como eram organizados, normalmente, pensados sem a participação dos alunos, apenas pelos professores, supervisora, parceiros da escola, como Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Saúde, que levavam palestras. O resultado eram alunos desinteressados, agitados, que não aproveitavam da melhor maneira conteúdos que poderiam se revelar úteis e até prazerosos.

Quais seriam as causas desses fenômenos? Após conversa com o coletivo juvenil e pesquisa bibliográfica, levantou-se alguns elementos que poderiam estar no cerne dessa questão: falta de diálogo, desconsideração do público, pouco espaço para o protagonismo discente e tarefas para “cumprir tabela”, além da organização física do espaço escolar, como no caso da realização da educação física em local inapropriado e o fato do portão da escola ficar aberto permitindo a circulação de pessoas na escola a qualquer momento sem monitoramento.

Ao se perguntar como melhorar o ambiente escolar tornando-o mais produtivo, foi levantada a seguinte hipótese: abrindo espaço para o diálogo, através das assembleias de classe, por exemplo, poderiam praticar o falar e o ouvir, aprendendo a portar-se em situação de comunicação em instância



pública, o que poderia contribuir para a diminuição dos ruídos, além de oportunizar a criação de soluções para os demais problemas observados.

Para o enfrentamento da questão levantada e buscando atender a demanda foi traçado um plano de ação conforme o quadro abaixo:

Quando?	Ação?	Envolvidos?
Junho	Estudo sobre práticas de oralidade em instâncias públicas e clima escolar Produção de material para implantação das assembleias	Coletivo juvenil e professora mediadora
Julho	Exposição oral do conteúdo produzido, nas turmas e em reunião de professores	Alunos de todas as turmas, coletivo juvenil, professora mediadora, demais professores, supervisora e diretora
Agosto	Primeiras Assembleias de Classe	Alunos de todas as turmas, coletivo juvenil e professora mediadora
Setembro	Reunião com os responsáveis de cada área para expor o que foi discutido e proposto nas assembleias	Representantes do coletivo juvenil, professora mediadora, professores, supervisora, diretora, representantes dos demais funcionários, representante da Sec. de Assistência Social e Sec. de Saúde
Outubro	Rodas de conversa para organização do Sarau Literário	Alunos de todas as turmas, coletivo juvenil e professora mediadora
Novembro	Realização do Sarau e novas Assembleias	Alunos de todas as turmas, coletivo juvenil e professora mediadora, representantes de todos os segmentos da escola.
Dezembro	Avaliação e produção de relatório final	Coletivo juvenil e professora mediadora

Quadro 1. Plano de Ação

A principal ação do plano foi a realização de assembleias de classe. Ao aplicar a prática de assembleia de classe adotou-se a seguinte ordem de trabalho: primeiro o coletivo juvenil e a professora mediadora expuseram aos demais alunos o que é e como funciona uma assembleia de classe, também foram explicados os critérios para se fazer críticas, indicar sugestões e destacar o que já vem dando certo; depois a professora mediadora, nas aulas de língua portuguesa, trabalhou os gêneros pauta e ata que dão suporte à realização das assembleias, e foram selecionados voluntários



para produção desses textos em ocasião da prática; somente após esse processo deu-se início à realização das assembleias.

Para realização das assembleias, em cada turma foram recolhidas com antecedência sugestões de assuntos que os alunos gostariam de discutir, bem como o que consideravam que já era sucesso na escola. Com esse material foram montadas as pautas das assembleias de cada classe. Foram utilizados dois horários de 50 minutos cada para a primeira assembleia, sendo necessário continuar em outro dia por mais um horário, visto que a pauta não conseguiu ser cumprida por completo em nenhuma turma. Em todas as turmas os alunos concordaram com a filmagem da assembleia para análise posterior, a fim de aprimorar a atuação nas práticas de oralidade em instância pública. Nas aulas de língua portuguesa foram exibidos fragmentos da filmagem para análise das condições de comunicação, observação dos recursos linguísticos utilizados, buscando pontos da prática que estavam de acordo com o esperado e pontos que poderiam ser melhorados.

Outra ação realizada foi a roda de conversa para decidir sobre o Sarau Literário, que já é prática na escola. Porém, dessa vez, os alunos tiveram uma participação desde a escolha do tema, que foi “o respeito às diferenças”, passando pela organização do que seria apresentado por cada turma até a montagem e realização das apresentações no dia do sarau.

A experiência teve seis meses de aplicação, com pretensões a se tornar uma prática contínua na escola para tomada de decisões e resolução de conflitos.

4 Avaliação dos resultados

Com a realização dessa intervenção pedagógica foi possível estimular a participação ativa e consciente dos alunos, fazendo despontar o protagonismo discente. Também permitiu praticar a escuta ativa, o saber falar e o saber ouvir, possibilitando, assim, uma melhora nas práticas de oralidade, tendendo a diminuir os ruídos na comunicação.

Outro aspecto relevante foi a oportunidade de adquirir conhecimentos linguísticos próprios dos gêneros pauta e ata, que são bastante utilizados na sociedade, sempre acompanhados de uma prática oral, como é o caso de reuniões, assembleias, roda de conversa, o que pode oportunizar uma inserção com participação mais protagônica na comunidade, ao fazer parte de associações de bairro, conselhos municipais, conselhos escolares, dentre outros, podendo atuar com mais consciência do ato do qual participam e dos recursos linguísticos disponíveis para tal. Inclusive, vale observar que durante as assembleias foi crescente o desenvolvimento da argumentação oral e da capacidade de análise crítica, o que também contribui para a formação cidadã.



Vale salientar, também, o reconhecimento dos papéis sociais de cada indivíduo na comunidade escolar e o envolvimento dos alunos nas decisões referentes aos eventos da escola e a participação mais ativa, inclusive com sugestões para modelos de aulas. Para ilustrar, pode ser citado o fato de os alunos sugerirem que as ações em parceria com as secretarias de assistência social e saúde fossem mais dinâmicas, com apresentações teatrais, exibição de filmes para debate, dinâmica de grupo, se oferecerem para ajudar na preparação das ações, e argumentarem que dessa maneira, provavelmente, contarão com alunos mais envolvidos nas ações e menos dispersos ou atrapalhando o andamento das atividades.

Quanto às aulas, pediram que houvesse aulas mais práticas, e foram atendidos. A professora de química, por exemplo, conseguiu fazer experiências referentes ao conteúdo que estava trabalhando, pois, mesmo não tendo o material necessário na escola, os alunos se propuseram a levar, cada um, algo que fosse necessário para a atividade, dividindo com a professora a responsabilidade por uma aula mais prática e mais proveitosa para todos, com alunos muito mais concentrados na aula.

Ainda não foi possível atender a todas as demandas, nem chegar a uma realização exemplar das assembleias, há muito a ser trabalhado, mas é no processo que aprendizagem se dá. Portanto, segue a busca por entendimento e empatia, almejando um ambiente mais aprazível para toda comunidade escolar.

Considerações finais

A execução desse plano de ação foi satisfatória na medida em que abriu espaço para o diálogo, os alunos se ouviram, os professores puderam saber o que pensam os alunos sobre suas práticas, o que pode orientar trabalhos futuros, a gestão ganhou aliados, ou seja, toda escola saiu ganhando.

Vale destacar que não é um trabalho fácil, precisa persistência, pois como os alunos, e os próprios professores, não estão acostumados com essa prática pode parecer, no início, que não vai dar resultados. Além disso, corre-se o risco de pensar que estão perdendo tempo, ou mesmo ouvir comentários de que deveria estar “dando matéria”, que esse é apenas mais um jeito de “enrolar”. Por isso é tão importante estar alicerçado em teorias que comprovem a eficácia da prática, ter um planejamento com objetivos claros, estratégias que permitirão alcançá-los e divulgar os resultados sempre que possível.

Dessa experiência fica que o diálogo sempre vale a pena, que os alunos têm muito a contribuir para seu próprio aprendizado, mas que isso não se consegue de uma hora para outra, que precisa ser incorporado à política da escola, ser praticado com frequência, até que fique natural. Como



profissional do ensino de língua materna percebo que o trabalho com as práticas orais se faz urgente para a atuação em instância pública, pois está cada vez mais difícil as pessoas ouvirem-se e entenderem-se.

Less Agitation, More Action: a proposal for improving school climate

Abstract

This report presents a pedagogical proposal with a view to discuss solutions to frequent annoyances in the school environment, seeking dialogue as a tool for decision making and the involvement of students in the organization of spaces and school events. It was developed in a state school, which attends only high school, in the city of Itamarati de Minas / MG. The proposal involves the holding of class assemblies (TOGNETTA; VINHA, 2007) held mainly during Portuguese language classes, becoming also an opportunity to work with orality (MIRANDA, 2006). Starting from the conception of the school as a place of learning (NÓVOA, 2007; GERALDI, 2010) it adopts the youth protagonism (COSTA, 2007) as an important category for learning. The results point to a rise of student protagonism, a growing development of the capacity for critical analysis and oral argumentation, as well as an improvement in oral practices in public situations.

Keywords: School Climate. Class Assemblies. Protagonism. Orality.

Referências

ANTUNES, I. **Aula de Português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

COSTA, A.C.G. **Protagonismo Juvenil: O que é e como praticá-lo**. 2007. Disponível em <<http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/costa-protagonismo.pdf>> Acesso em 16. Jul. 2017.

GERALDI, J. W. **A aula como acontecimento**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

FONSECA, C. A. **Frames e discurso discente – desvelando indicadores de sucesso em um projeto de dramaturgia**. 2014. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Linguística, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

LIMA, O. V. M. **O uso da Rádio Escola Web como estratégia de motivação na aula de Língua Portuguesa**. 2018. 102f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018

MIRANDA, N. S. **Reflexão metalinguística do ensino fundamental**. Belo Horizonte: Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita. Faculdade de Educação. UFMG, 2006

NÓVOA, A. **Desafios do professor no mundo contemporâneo**. São Paulo. Sinpro, 2007. Disponível em: <http://www.sinprosp.org.br/arquivos/novoa/livreto_novoa.pdf> Acesso em: 20.nov.2016

TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. **Quando a escola é democrática: um olhar sobre a prática das regras e assembleias na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

